

**COMITÊ GESTOR LOCAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE, ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO**

ATA DE REUNIÃO

Data: 26.08.2019

Local: Sala 307-A

Presenças: Des^a **Laís Helena Nicotti Jaeger** (Coordenadora do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, Acessibilidade);
Juíza do Trabalho **Elisabete dos Santos Marques** (integrante titular do Comitê);
Juiz do Trabalho **Leandro Krebs Gonçalves**, (integrante suplente do Comitê);
Servidora **Maria Augusta Kinnemann**, (integrante titular do Comitê);
Servidora **Fabiana Perdomo** (integrante titular do Comitê);
Servidor **Marcelo Lucca**, (integrante titular do Comitê);
Servidor **Rodrigo dos Santos**,(integrante suplente do Comitê);

Convidados: Juiz do Trabalho **Marcelo Silva Porto**, (gestor do Programa Trabalho Seguro);
Servidora **Patrícia Fernanda Rael** (Assistente-chefe da Seção de Acompanhamento Funcional)

Secretária: Gabriela Balbinot (AGE)

Horário: 15h - 16h05min

Pauta:

- 1) Planejamento da atuação do Comitê
- 2) Familiarização com as iniciativas já registradas
- 3) Assuntos gerais

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às 15 horas, na sala 307-A do TRT da 4ª Região, ocorreu reunião do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, Acessibilidade e Inclusão contando com as presenças acima nominadas. A Juíza Luciana Bohm Stanke não pode comparecer por motivo de saúde. A reunião foi conduzida pela excelentíssima Des^a Laís Helena Jaeger Nicotti, conforme registro que segue: Des^a Laís saudou os presentes e questionou se é possível agendar reuniões ordinárias do Comitê e **os integrantes presentes optaram pelas segundas segundas-feiras de cada mês às 15h, a partir do dia 09.09.2019**. A seguir Des^a Laís verificou os integrantes presentes cotejando com a portaria que instituirá o novo Comitê. Marcelo Lucca mencionou que descobriu uma informação muito importante na semana passada a respeito das mangueiras para incêndio que o Tribunal adquiriu para repor as atuais, mas elas não estão encaixando. Mencionou o incêndio no restaurante no térreo do Tribunal, em Guaíba e referiu que falta uma política que possa organizar os procedimentos a serem tomados

nesses casos. Fabiana mencionou que trabalhou na Escola Judicial e que quando os cursos dessa área são oferecidos, é muito difícil, pois as pessoas não querem se inscrever. Mencionou que deveria ser obrigatório o comparecimento. Marcelo Lucca comentou que no PPCI há exigência de um número mínimo de pessoas capacitadas em procedimentos no caso de incêndio e indicou que nas unidades judiciárias do interior isso não ocorre. Quanto ao PPRA, informou que a empresa que o organizava não está mais atuando e tem se responsabilizado por dar continuidade ao trabalho. Acrescentou que faz 4 anos que o expediente tramita e não está pronto ainda. Des^a Laís mencionou que será agendada reunião específica para tratar do PCMSO e do PPRA. Maria Augusta questionou como está o PPRA. Marcelo Lucca explicou que o PPRA analisa os riscos do ambiente em relação às pessoas que trabalham no local. Mencionou que acordou um calendário para realização das atividades pendentes para, uma vez terminado, a Presidente poder assiná-lo. Sugeriu que a partir desse novo Comitê possa ser definido prazo para atualizar o PPRA periodicamente. Maria Augusta mencionou que utiliza laudo de 2009 na Segesp e que se há outro mais recente deveria adotá-lo. Perguntou se as impugnações do Sintrajufe ao PPRA já haviam sido examinadas. Des^a Laís questionou se só falta resolver a impugnação ao PPRA cujo expediente que está na Presidência. Marcelo Lucca respondeu que não, que precisa ainda verificar 20 a 30% dos itens, mas que se comprometeu com a AGE para entregar o PPRA até o final de setembro. Informou terem sido afastadas as impugnações. Apontou que enfrenta dois problemas: está com pessoal a menos e carece de equipamentos. Mencionou que não há no TRT4 estrutura para tratar de Saúde. Des^a Laís mencionou que o Comitê tratará exatamente disso. Fabiana informou que, nesse momento, o TRT4 está sem médico do trabalho, em virtude da aposentadoria do Dr. Cavallieri e que haverá contratação de uma clínica especializada, que o contrato será por itens e que agora estão terminando de levantar os quantitativos. A seguir, certificou-se com Marcelo de que os itens a serem contratados são aqueles mesmos mencionados por ela. Na sequência **o Comitê resolveu agendar reunião para tratar exclusivamente do PCMSO e do PPRA no dia 02.09.2019 às 15h e que o Des. Emílio Papaleo Zin deverá ser convidado. Juiz Marcelo solicitou que seja elaborado um relatório preliminar para a reunião do dia 02.09. Marcelo Lucca comprometeu-se a enviá-lo para a AGE, que repassará o relatório a todos.** Des^a Laís mencionou que um dos objetivos da criação desse novo Comitê é fazer com que os Programas permaneçam em andamento, independentemente da troca de Administração. Marcelo Lucca questionou quem ficará responsável pelo PPRA depois de pronto, quem administrará as políticas e que centralize a coordenação das ações a serem tomadas. Juíza Elisabete mencionou que se pode fazer o mesmo que foi feito na COGESO, que estabeleceu a Diretoria-Geral como unidade

socioambiental, indicando-se uma unidade já existente como responsável pelo PPRA, pois o Comitê não poderia assumir isso, uma vez que não é uma unidade com estrutura própria. Des^a Laís mencionou que precisa mesmo ser elaborada normatização a ser seguida pelo Tribunal. Maria Augusta mencionou que o Marcelo Lucca solicita há bastante tempo, na Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, a criação de uma estrutura própria, como uma SESMT. Marcelo Lucca questionou sobre o poder decisório do Comitê. Des^a Laís mencionou que será feito da mesma forma que se fez com a Ouvidoria para torná-la uma unidade independente, por meio do regulamento geral do Tribunal. Marcelo Lucca perguntou acerca das estatísticas de doentes no TRT4. Após vários comentários dos presentes foi dito que o problema para mensurar esta informação com maior rigor é que os gestores usualmente não reportam seus afastamentos, mas sim os demais servidores. Fabiana mencionou que também faz falta um médico ortopedista para o Tribunal e mencionou que no mês de julho/2019 houve mais afastamentos por doenças osteomusculares do que em todo o ano anterior. Na sequência foi mencionado o impacto do PJe, que foi mencionado como sendo um dos fatores que afeta sobremaneira a condição de saúde dos servidores. Marcelo Lucca referiu que publicou um artigo sobre as iniciativas de proteção da saúde dos servidores em teletrabalho e que nele pondera a limitação das intervenções à questão da privacidade da casa do servidor. Fabiana mencionou que uma servidora em teletrabalho de Rio Grande solicitou visita domiciliar para ajuste ergonômico de seu posto de trabalho, e que a Coordenadoria de Saúde está estudando como atender essa demanda, cogitando realizar o atendimento por videoconferência. Observarão se funcionará. Marcelo Lucca mencionou os servidores com formação em Engenharia de Segurança lotados na Sempro, e comentou que falta estrutura para a organização das ações voltadas a sua área de competência. Des^a Laís comentou que o Tribunal tem orçamento superior a muitos municípios e que deveria fazer um melhor uso dele pois, por exemplo, o TRT só tem uma psicóloga, um engenheiro, uma médica psiquiatra, um médico do trabalho. Maria Augusta lembrou que o PPRA e o PCMSO eram coordenados por médicos. Em relação à planilha de iniciativas de saúde, Maria Augusta questionou se havia dúvidas sobre as iniciativas realizadas pela Segesp. Referiu, em relação, à “integração de magistrados e servidores PcD” não terem recebido, até o momento e desde que a iniciativa começou. Marcelo Lucca informou que em novembro e dezembro não poderá comparecer às reuniões do Comitê em virtude de período de férias e afastamento para um curso que realizará em Palo Alto, EUA. Acrescentou que até o final de outubro quer estar com a questão do PPRA pronta. Maria Augusta mencionou a Resolução 207/2015 que prevê a implementação e a instituição de uma Política de Saúde, questionando se já foi feito um *checklist*. Des^a Laís reportou que já está sendo feito esse mapeamento, inclusive

para o trabalho de unificação das comissões, centralizando tudo neste novo Comitê, só persistindo o Comitê de Combate ao Assédio Moral e a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente. Rodrigo perguntou acerca da iniciativa de integração dos PcDs, e mencionou que é importante comunicar a Sempro para que realize os ajustes necessários. Maria Augusta esclareceu que é na chegada ao Tribunal que a Segesp age e que, quando identificada a necessidade de ajustes na unidade que receberá o servidor, a Sempro é comunicada. Rodrigo mencionou que a Sempro vem atuando no atendimento às notificações do Ministério Público e que será contratado outro escritório de arquitetura para adaptar todas as unidades do Tribunal. Reunião encerrada às 16h05min, ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais - AGE, e enviada a todos por meio eletrônico para validação.